

Demonstrações Contábeis Regulatórias

Cemig Geração Sul S.A.

31 de dezembro de 2024
com Relatório do Auditor Independente

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024.....	3
Relatório do auditor independente sobre as Demonstrações Contábeis Regulatórias	11
BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	14
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS.....	16
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES	17
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	18
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	19
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS	20
1. CONTEXTO OPERACIONAL	20
2. BASE DE PREPARAÇÃO	21
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	23
4. INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS	23
5. CONSUMIDORES E REVENDEDORES.....	24
6. IMOBILIZADO	24
7. INTANGÍVEL	25
8. PROVISÕES.....	26
9. FORNECEDORES	26
10. ENCARGOS REGULATÓRIOS	27
11. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	27
12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	28
13. RECEITA	30
14. CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS.....	31
15. CUSTOS GERENCIÁVEIS	31
16. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	31
17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	32
18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	33
19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS.....	35
20. NOTAS DE CONCILIAÇÃO	39
21. BENS DESTINADOS À ALIENAÇÃO	43
TERMO DE RESPONSABILIDADE	45

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024

Senhores Acionistas,

A Cemig Geração Sul S.A. (“Companhia”) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias e o relatório dos Auditores Independentes referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

A Cemig Geração Sul S.A. é uma sociedade anônima, subsidiária integral da Cemig Geração e Transmissão S.A. (Cemig GT) e tem sede e foro em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Av. Barbacena, 1200, 9º andar, Ala B2 - Parte 1, Bairro Santo Agostinho e tem por objetivo social a produção e a comercialização de energia elétrica, como de concessionária de serviços públicos, mediante a exploração das Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) Coronel Domiciano, Marmelos, Joasal, Paciência e Piau, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação. Suas atividades operacionais iniciaram em 08 de junho de 2016.

Capacidade instalada

Central Gerada	Capacidade instalada (MW)
PCH PIAU	18,01
PCH CORONEL DOMICIANO	5,04
PCH MARMELOS	4,00
PCH JOASAL	8,40
PCH PACIÊNCIA	4,08

A Cemig Geração Sul S.A. possui, em operação, 5 usinas hidrelétricas com capacidade instalada total de 39,532 MW.

Parque gerador - Características físicas:

Usina	Potência Total (MW)	Garantia Física Total	Tipo de Usina	Início de Operação Comercial	Vencimento da Outorga
PCH PIAU	18,01	13,53	PCH	1955	03/01/2053
PCH CORONEL DOMICIANO	5,04	3,26	PCH	1994	11/04/2047
PCH MARMELOS	4,00	2,74	PCH	1915	03/01/2053
PCH JOASAL	8,40	5,20	PCH	1950	03/01/2053
PCH PACIÊNCIA	4,08	2,36	PCH	1930	03/01/2053

Garantia física realizada e esperada:

Usina	2022 Realizado	2023 Realizado	2024	2025	2026	2027	2028
PCH PIAU	13,53	13,53	13,53	13,53	13,53	13,53	13,53
PCH CORONEL DOMICIANO	3,59	3,59	3,59	3,59	3,59	3,59	3,59
PCH MARMELOS	2,74	2,74	2,74	2,74	2,74	2,74	2,74
PCH JOASAL	5,2	5,2	5,2	5,2	5,2	5,2	5,2
PCH PACIÊNCIA	2,36	2,36	2,36	2,36	2,36	2,36	2,36

Modelo de Negócio e Condições no ACR:

Usina	Modelo de Negócio em 31/12/2023	Preço no ACR em 01/01/2023	Data e índice de reajuste no ACR
Integral			
PCH PIAU	Contas Garantia Física + Mercado livre	RAG de R\$20.205 mil	(1)
PCH CORONEL DOMICIANO	Contas Garantia Física + Mercado livre	RAG de R\$7.573 mil	(1)
PCH MARMELOS	Contas Garantia Física + Mercado livre	RAG de R\$5.263 mil	(1)
PCH JOASAL	Contas Garantia Física + Mercado livre	RAG de R\$9.384 mil	(1)
PCH PACIÊNCIA	Contas Garantia Física + Mercado livre	RAG de R\$5.349 mil	(1)

(1) Reajuste pelo IPCA em 06/2022, atualização dos custos de transmissão em 06/2022, previsto no Edital do Leilão que determina que após primeiro ano, 70% da energia comercializada em regime de cotas de garantia física, e 30% da energia comercializada livremente pelo detentor da concessão.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e 2023 era de R\$148.147 mil, subscrito e integralizado, dividido em 148.146.505 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig GT.

AMBIENTE REGULATÓRIO

No ano de 2024, a hidrologia verificada voltou a ficar próxima das piores já observadas na história, considerando o período entre 1931 e 2024. A Energia Natural Afluente (ENA) ficou em 76% da média de longo termo (MLT) no Sistema Interligado Nacional (SIN), sendo que os submercados Sudeste (69% MLT), Nordeste (57% MLT) e Norte (67% MLT) foram os mais impactados. A região Sul apresentou uma hidrologia elevada, de 133% MLT, oriunda do efeito do fenômeno EL Niño durante o primeiro semestre de 2024.

Apesar do cenário hidrológico bastante adverso, o armazenamento se manteve ao longo do ano em um patamar elevado frente aos últimos anos de baixa hidrologia. No final do período úmido (abril) o armazenamento estava em 75% no SIN, junto ao grupo de anos de maior armazenamento. No ponto mais baixo o armazenamento não ultrapassou 44%. Esse efeito ocorre pela sobre-oferta de energia do sistema e as restrições hidráulicas estabelecidas pelo ONS/ANA.

O PLD (Preço da Liquidação das Diferenças) de 2024 teve dois momentos distintos. No primeiro semestre os PLDs ficaram próximos ao mínimo regulatório (R\$61,07/MWh), já no segundo semestre, apesar do bom armazenamento, os preços apresentaram forte elevação dado a baixa hidrologia verificada e chegaram a R\$480/MWh em outubro. O GSF (Generation Scaling Factor) médio do ano ficou em 0,87, sendo o maior verificado em abril (1,04) e o menor em setembro (0,73).

Taxa Regulatória de Remuneração do Capital (WACC)

Em 23 de abril de 2024, a Aneel publicou a atualização dos valores das Taxas Regulatórias de Remuneração do Capital (WACC) dos segmentos de geração, transmissão e distribuição, aplicadas aos processos instruídos de março de 2024 a fevereiro de 2025. O WACC (real, depois de impostos) aplicado às geradoras e usinas cotistas foi de 7,56% (7,26% em 2023).

Em 27 de março de 2025, foi publicado pela ANEEL o WACC de 7,91%, vigente no período de março de 2025 a fevereiro de 2026 para o segmento de geração.

INVESTIMENTOS

Com a finalidade de manter a adequada funcionalidade e disponibilidade da usina, a Cemig Geração Sul S.A., realiza os investimentos necessários para a manutenção dos processos e rotinas da usina, além de atendimento a requisitos legais ambientais e de segurança de barragens.

Através de técnicas de engenharia de confiabilidade, é realizado o diagnóstico de suas instalações com o objetivo de identificar os investimentos necessários para garantir a disponibilidade do ativo, redução dos riscos estrutural e funcional das barragens e às pessoas e equipamentos, e atendimento aos requisitos ambientais, regulatórios e obrigações legais.

Em 2024, a companhia investiu R\$ 3.293 mil, desse montante destacam-se os seguintes investimentos:

Usina	Investimentos
Paciência	Obras civis barragem, Vertedouro, tomada d'água;
Marmelos	Reforma unidade 05; e
Joasal	Aquisição de Reles e Pannel.

DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

Resultado do exercício

A Companhia obteve um resultado regulatório de R\$36.530 mil em 2024, em comparação ao resultado regulatório de R\$29.401 mil em 2023, um aumento de 24,25%.

Receita

A Cemig Geração Sul S.A. é concessionária de geração de energia elétrica nas PCHs Coronel Domiciano, Marmelos, Joasal, Paciência e Piau, conforme o Primeiro Termo

Aditivo ao Contrato de Concessão nº 12/2016 - ME - PCHs Coronel Domiciano, Marmelos, Joasal, Paciência e Piau, celebrado em 8 de junho de 2016.

O contrato de concessão com a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, estabelece as condições de prestação do serviço de geração de energia elétrica. Em 2016, a previsão do contrato era de 100% da garantia física de energia e de potência da referida usina hidrelétrica em regime de alocação de cotas. Desde janeiro de 2017, cerca de 30% da garantia física de energia está sendo comercializada no Ambiente de Contratação Livre (ACL), conforme previsão do contrato.

Fornecimento bruto de energia elétrica

A Cemig Geração Sul S.A. tem direito a uma Receita Anual de Geração - RAG pela disponibilização da parcela de garantia física de energia e de potência da usina hidrelétrica em regime de cotas, com pagamento em parcelas duodecimais, no Ambiente de Contratação Regulada - ACR.

A Concessionária fatura mensalmente a RAG, cobrando das distribuidoras de energia elétrica o equivalente à sua respectiva participação na cota de garantia física e de potência alocada para o ano em que a cobrança está sendo efetuada. A receita reconhecida em 2024 foi de R\$65.304 mil, em comparação a R\$60.295 mil em 2023.

Desde janeiro de 2017, sua RAG foi reduzida em 30%, passando este percentual de energia a ser comercializado no Ambiente de Contratação Livre - ACL.

Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$22.880 mil em 2024 (R\$ 26.645 mil em 2023), dos quais R\$5.910 mil referem-se aos custos não gerenciáveis (R\$6.095 mil em 2023) e R\$16.970 mil referem-se aos custos gerenciáveis (R\$20.550 mil em 2023).

Imposto de renda e contribuição social

Em 2024, a Companhia apurou despesas no montante de R\$3.237 mil referente ao imposto de renda e contribuição social, em relação ao resultado societário de R\$51.846 mil antes dos efeitos fiscais, representando 6,24% de alíquota efetiva. Comparativamente, no mesmo período de 2023, a Companhia apurou despesas no montante de R\$3.298 mil, em relação ao resultado societário de R\$43.532 mil antes dos efeitos fiscais, representando 7,57% de alíquota efetiva.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA

O LAJIDA é utilizado pela Administração como medida de eficiência da atividade operacional e representa a capacidade potencial de geração de caixa da Companhia através de suas atividades operacionais.

Apresentamos, abaixo, o cálculo do LAJIDA referente aos exercícios de 2024 e 2023. Destacamos que a margem do LAJIDA foi de 70,33% em 2024 e 61,72% em 2023.

	2024	2023	Var. %
Resultado regulatório	36.530	29.401	24,25
Despesa com IR e CS	3.237	3.296	(1,79)
Resultado financeiro	(2.899)	(4.127)	(29,76)
Amortização e depreciação	5.153	5.511	(6,50)
LAJIDA ⁽¹⁾	42.021	34.081	23,30

(1) Lajida é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras, observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O Lajida não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga Lajida porque o utiliza para medir o seu desempenho. O Lajida não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO

A Diretoria propôs à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a ser realizada em 2025, que, ao resultado societário do exercício de 2024, no montante de R\$48.609 mil, seja dada a seguinte destinação:

- R\$2.430 mil para constituição de reserva legal;
- R\$23.090 mil para pagamento de dividendos obrigatórios; e,
- R\$23.089 mil para constituição de reserva de retenção de lucros, a serem pagos como dividendos assim que a situação financeira da Companhia o permitir.

Os dividendos devem ser pagos aos acionistas até 31 de dezembro de 2025, conforme disponibilidade de Caixa e a critério da Diretoria, fazendo jus ao recebimento os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registro de Ações Nominativas na data da Assembleia Geral que deliberar sobre esse assunto.

SEGURANÇA DE BARRAGENS

A Companhia segue as mesmas diretrizes de segurança de barragens de sua controladora, Cemig GT, sendo esta responsável pelo investimento, manutenção e segurança das barragens do Grupo Cemig, por meio de contrato de operação e manutenção.

O processo realizado pela Cemig GT que visa garantir a segurança das barragens utiliza, em todas as suas etapas, uma metodologia respaldada nas melhores práticas nacionais e internacionais, atendendo também à lei federal 12.334/2010, alterada pela Lei 14.066/2020, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), e a sua regulamentação associada (Resolução Normativa nº 1.064/2023 da ANEEL).

Neste contexto, são contemplados os procedimentos de inspeção em campo, coleta e análise de dados de instrumentação, elaboração e atualização dos planos de segurança das barragens, planejamento e acompanhamento de serviços de manutenção, análise

dos resultados e classificação das estruturas civis. Tendo como base a classificação das estruturas, são estabelecidas a frequência das inspeções de segurança e a rotina de monitoramento.

A vulnerabilidade de cada barragem é calculada automaticamente de forma contínua e monitorada por sistema especializado em segurança de barragens. Entre as atividades são feitas também revisões periódicas de segurança de barragem, que envolvem, além dos profissionais da Cemig GT, usualmente, equipe multidisciplinar de especialistas externos.

Estão disponíveis, atualmente, planos de ação de emergências (“PAE”) específicos para cada barragem, contemplando os seguintes itens:

- Identificação e análise de possíveis situações de emergência;
- Procedimentos de identificação de mau funcionamento ou condições potenciais de ruptura;
- Procedimentos de notificação;
- Procedimentos preventivos e corretivos a serem adotados em situações de emergência;
- Responsabilidades; e
- Divulgação, treinamento e atualização.

Os Planos de Ação de Emergências são documentos que sofrem atualizações ao longo do tempo, incorporando novos dados e metodologias, a fim de buscar sua efetividade durante um evento crítico. Buscando dar celeridade à tomada de decisão, a preparação para a emergência é dividida em duas vertentes: ações internas do empreendedor e ações externas de notificação e alerta. Para o segundo objetivo, a Cemig protocolou um plano de comunicação junto às Defesas Civas e prefeituras de jusante de seus barramentos, oficializando os limites de cada nível de alerta e quais são os canais de comunicação a serem realizados. Junto aos planos de comunicação, também foram protocolados mapas de inundação para cheias naturais, além das manchas hipotéticas de ruptura.

Mantendo a sua política de estreitar o relacionamento com o público externo, em 2024, assim como ocorrido para as barragens da controladora, também para as controladas, e específico para a população afeta ao PAE das barragens, deu-se continuidade ao cronograma de atividades dentro do “Projeto VAMOS”, que concentra pauta, agenda e metodologia específica e dedicada para integração dos PAEs das barragens aos PLANCONS- Planos de Contingência dos municípios correlacionados.

Após a constituição dos 17 CIs- Comitês de Integração dos PAEs para 18 barragens da CEMIG holding em 2022, o ano de 2024 se caracterizou pela continuidade da execução dos seus respectivos cronogramas de atividades, conforme roteiro abaixo:



Dentro do cronograma 2024, foram executados:

- 07 Simulados de Evacuação com a população mapeada na ZAS para as barragens das PCHs: Tronqueiras e Poço Fundo e para as UHEs: Nova Ponte, Peti (em parceria com a VALE- Mina Brucutu), Cajuru, Salto Grande, Itutinga/Camargos, envolvendo 11 municípios envolvendo cerca 600 pessoas;
- 14 Relatórios de Treinamentos Simulados das PCHs: Cel. Domiciano, Dona Rita, Piau, Tronqueiras, Poço Fundo, Machado Mineiro e UHEs: Sá Carvalho, Rosal, Nova Ponte, Peti, Itutinga/ Camargos, Cajuru, Salto Grande e Queimado;
- 14 Relatórios de Revisão e Atualização dos PLANCONs-Planos de Contingência Municipais para municípios da ZAS das PCHs: Cel. Domiciano, Dona Rita, Piau, Tronqueiras, Poço Fundo, Machado Mineiro e UHEs: Sá Carvalho, Rosal, Nova

Ponte, Peti, Itutinga/ Camargos, Cajuru, Salto Grande e Queimado para 23 municípios;

Ainda em 2024, dentro do escopo do “Programa Proximidade”, através de suas reuniões também foram abordados os temas: Meteorologia, Operação dos Reservatórios, Segurança de Barragens e Informes do PAE junto ao público participante, divulgando também as tratativas da Cemig para os temas Recursos Hídricos e Segurança de Barragens, listando todas as metodologias aplicadas e responsabilidades da Cemig para esses temas.

As reuniões ocorreram nas UHEs Nova Ponte, Irapé e Queimado. Os eventos contaram com a participação de cerca de 128 pessoas, dos mais diversos públicos e instituições, lideranças municipais e usuários de água, inclusive, de órgãos de resposta a emergências (Defesas Civas Municipais e Corpo de Bombeiros). Além dos temas relacionados à operação das usinas (Meteorologia, Operação do Reservatório, Segurança de Barragem e Ações Socioambientais), ocorreram também a divulgação e disponibilização do App. PROX (App. móvel de Gestão de Riscos) e apresentações relacionadas aos PAEs das barragens.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Cemig Geração Sul é grata ao Governo do Estado de Minas Gerais, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano. Estende também os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais, municipais, à Diretoria da Cemig e, em especial, à dedicação de sua qualificada equipe de empregados.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da

Cemig Geração Sul S.A.

Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Cemig Geração Sul S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da Cemig Geração Sul S.A. com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cemig Geração Sul S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Cemig Geração Sul S.A. a cumprir os requerimentos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

A Cemig Geração Sul S.A. preparou um conjunto de demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 30 de junho de 2025.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório dos Auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

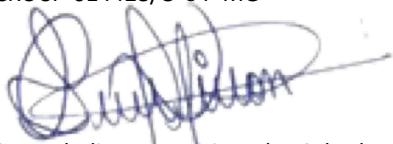
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 30 de junho de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-MG



Samuel Alisson Epaminondas Cabral
Contador CRC GO-018421/O-0

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

ATIVO

	Nota	2024	2023
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	4.810	5.380
Investimentos temporários	4	11.507	11.474
Consumidores e revendedores	5	7.940	5.501
Serviços em curso		1	-
Tributos compensáveis		82	319
Outros ativos		33	25
		24.373	22.699
Ativos de operações descontinuadas			
Bens destinados à alienação	21	17.407	-
		41.780	22.699
TOTAL DO CIRCULANTE			
NÃO CIRCULANTE			
Investimentos temporários	4	4.011	-
Tributos compensáveis		601	494
Imobilizado	6	48.875	52.591
Intangível	7	94.401	109.869
Direito de uso		262	352
Outros ativos		115	148
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		148.265	163.454
ATIVO TOTAL		190.045	186.153

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

PASSIVO

	Nota	2024	2023
CIRCULANTE			
Fornecedores	8	2.973	7.624
Encargos regulatórios	10	317	767
Impostos, Taxas e Contribuições	11a	1.468	1.598
Imposto de renda e contribuição social a recolher	11b	667	446
Dividendos a pagar	12	23.089	28.830
Convênio de compartilhamento	18	509	578
Passivo de arrendamento		94	96
Outras obrigações		2	2
TOTAL DO CIRCULANTE		29.119	39.941
NÃO CIRCULANTE			
Encargos regulatórios	10	1.132	289
Impostos, taxas e contribuições	11a	1.816	1.521
Imposto de renda e contribuição social	11c	1.641	1.409
Pis/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias		3	19
Passivo de arrendamento		193	274
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		4.785	3.512
TOTAL DO PASSIVO		33.904	43.453
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12		
Capital social		148.147	148.147
Reservas de lucros		7.994	-
Prejuízos acumulados		-	(5.447)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		156.141	142.700
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		190.045	186.153

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

	Nota	2024	2023
RECEITA BRUTA	13a	65.304	60.295
Fornecimento industrial		-	8.193
Fornecimento não faturado - Industrial		-	366
Transações com energia na CCEE		-	328
Suprimento Cotas - Geração própria		7.734	36.538
Suprimento comercial - Geração própria		53.159	565
Suprimento não faturado - Cotas - Geração própria		3.616	-
Suprimento não faturado - Geração própria		776	(413)
PIS/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias		19	14.718
TRIBUTOS	13b	(4.052)	(3.822)
PIS/Pasep		(464)	(437)
Cofins		(2.142)	(1.794)
ICMS		(1.446)	(1.591)
ENCARGOS – PARCELA “A”	13b	(1.504)	(1.258)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(590)	(140)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT		(712)	(186)
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE		(202)	(93)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE		-	(102)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH		-	(691)
CDE sobre P&D		-	(46)
RECEITA LÍQUIDA	13	59.748	55.215
CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS – PARCELA “A”	14	(5.910)	(6.095)
Encargos de uso da rede de distribuição		50	(5.394)
Energia elétrica comprada para revenda		(5.960)	(701)
RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS		53.838	49.120
CUSTOS GERENCIÁVEIS – PARCELA “B”		(16.970)	(20.550)
Pessoal e administradores	15a	(1.070)	(969)
Materiais		(650)	(517)
Serviços de terceiros	15b	(9.948)	(13.284)
Depreciação e amortização		(5.070)	(5.436)
Amortização do direito de uso		(83)	(75)
Subvenções e doações		-	(60)
Outros custos operacionais		(149)	(209)
RESULTADO DA ATIVIDADE		36.868	28.570
Resultado financeiro	16	2.899	4.127
Receitas financeiras		3.036	4.275
Despesas financeiras		(137)	(148)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		39.767	32.697
Despesa com tributos sobre o lucro	17	(3.237)	(3.296)
RESULTADO DO EXERCÍCIO		36.530	29.401

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	2024	2023
RESULTADO DO EXERCÍCIO	36.530	29.401
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	36.530	29.401

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Contábeis Regulatórias.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reservas de lucros	Prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	148.147	2.175	0	150.322
Resultado do exercício	-	-	29.401	29.401
Aprovação de dividendos adicionais propostos	-	(17.911)	-	(17.911)
Outras mutações no Patrimônio Líquido:				
Dividendos obrigatórios	-	-	(19.112)	(19.112)
Constituição de reservas:				
Reserva legal	-	2.012	(2.012)	-
Reserva de retenção de lucros	-	13.724	(13.724)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	148.147	-	(5.447)	142.700
Resultado do exercício			36.530	36.530
Destinação do resultado				-
Reserva legal		2.430	(2.430)	-
Dividendos obrigatórios			(23.089)	(23.089)
Reserva de retenção de lucros		11.011	(11.011)	-
Absorção de prejuízos regulatórios		(5.447)	5.447	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	148.147	7.994	-	156.141

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

	2024	2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do exercício	36.530	29.401
Ajustes por:		
Depreciação (Notas 6 e 7)	5.070	5.436
Amortização do direito de uso	83	75
Imposto de Renda e Contribuição Social (Nota 16)	3.237	3.296
Juros passivo de arrendamento	24	29
PIS/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias (Nota 13)	(19)	(14.718)
Variações monetárias (Nota 16)	(23)	(105)
Juros e variações monetárias (Nota 16)	(2.408)	(3.915)
	42.494	19.499
(Aumento) Redução de ativos		
Consumidores e revendedores (Nota 5)	(2.439)	(246)
Serviços em curso	(1)	747
Tributos compensáveis	(629)	(737)
Outros ativos	111	(392)
	(2.958)	(628)
(Redução) Aumento de passivos		
Fornecedores (Nota 9)	(4.651)	(89)
Impostos, Taxas e Contribuições (Nota 11)	165	527
Encargos regulatórios (Nota 10)	393	(537)
Convênio de compartilhamento (Nota 18)	(69)	2
Outras obrigações	149	409
	(4.013)	312
Caixa gerado nas atividades operacionais	35.523	19.183
Juros recebidos (Nota 4)	2.070	3.581
Imposto renda e contribuição social pagos (Nota 11)	(2.257)	(2.405)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	35.336	20.359
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aplicações em investimentos temporários (Nota 4)	(51.668)	(32.130)
Resgates em investimentos temporários (Nota 4)	47.962	57.918
No imobilizado (Nota 6)	(3.293)	(19.320)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(6.999)	6.468
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Dividendos pagos (Nota 12)	(28.830)	(27.629)
Arrendamentos pagos	(77)	(169)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(28.907)	(27.798)
VARIAÇÃO LÍQUIDA NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(570)	(971)
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 3)	5.380	6.351
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício (Nota 3)	4.810	5.380

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Em 1º de fevereiro de 2016, foi constituída a Cemig Geração Sul S.A (“Companhia”), sociedade anônima, que tem como controladora a Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Cemig GT”) e como controladora final a Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”). A Companhia é domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200, 9º andar, Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG - CEP 30.190 - 131.

A Companhia é concessionária de geração de energia elétrica, tendo recebido autorização através da Resolução Autorizativa Aneel nº 5.841/2016, formalizando a transferência da concessão das PCHs Coronel Domiciano, Marmelos, Joasal, Paciência e Piau da Cemig GT para a Cemig Geração Sul S.A., mediante a celebração do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 12/2016 – MME e Contrato de Concessão nº 13/2016 – MME, ocorrida em 08 de junho de 2016, data em que iniciou suas atividades operacionais.

A Companhia tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como de concessionária de serviços públicos, mediante a exploração das PCHs Coronel Domiciano, Marmelos, Joasal, Paciência e Piau, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação.

A Cemig Geração Sul (PCHs Coronel Domiciano, Marmelos, Joasal, Paciência e Piau) possui 39,53 MW de potência instalada e 27,42 MW médios de garantia física (informações em MW não auditadas pelos auditores independentes). Desde 2017, pela prestação do serviço de geração, 70% da garantia física foi destinada ao Ambiente de Contratação Regulada - ACR, sendo a Companhia remunerada em regime de Cotas de Garantia Física de Energia e de Potência das PCHs Coronel Domiciano, Marmelos, Joasal, Paciência e Piau, por meio da Receita Anual de Geração - RAG, reajustada do período de 1 de julho de 2024 a 30 de junho de 2025, conforme Resolução Homologatória ANEEL 3.353, de 23/07/2024. Em 2024, cerca de 30% da garantia física da Companhia foi comercializada no Ambiente de Contratação Livre - ACL.

Em 08 de setembro de 2021, por meio da Resolução Homologatória nº 2.931, a ANEEL alterou o Anexo I da Resolução Homologatória nº 2.919, de 3 de agosto de 2021, que dispõe sobre o prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE que repactuaram o risco hidrológico. Seguem apresentados no quadro abaixo os novos prazos das concessões da Companhia.

Usina	Novo fim da concessão
Coronel Domiciano	04/2047
Joasal	01/2053
Marmelos	01/2053
Paciência	01/2053
Piau	01/2053

Em 7 de outubro de 2022, foram assinados os aditivos aos contratos de concessão dessas usinas, para constar a nova data de vigência da outorga.

A Cemig Geração e Transmissão SA, via contratos de compartilhamento de infraestrutura e de engenharia regulados pela Aneel, presta os serviços administrativos e de operação e manutenção para a Companhia.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014, incluindo as alterações trazidas pelas Resoluções Normativas nºs 814/2018 e 933/2021.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis.

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações Financeiras societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras regulatórias distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa e apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciada de algumas normas contábeis societárias e regulatórias. Estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações Contábeis Regulatórias preparadas de acordo com estas práticas.

Em 30 de junho de 2025, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

2.2. Bases de mensuração

As Demonstrações Contábeis Regulatórias foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Contábeis Regulatórias são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Contábeis Regulatórias exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis.

Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 5 e 13 – Consumidores e revendedores e Receita (fornecimento não faturado de Energia Elétrica);
- Nota 6 – Imobilizado (previsão de vida útil dos ativos);
- Nota 7 – Intangível (previsão de vida útil dos ativos);
- Nota 8– Provisões (principais premissas sobre a probabilidade e magnitude da saída de recursos);
- Nota 19 – Instrumentos Financeiros e Gestão de Riscos (mensuração do valor justo);
- Nota 21 – Bens destinados à alienação (mensuração do valor justo).

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis regulatórias devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.5. Políticas contábeis regulatórias materiais

As políticas contábeis regulatórias materiais utilizados são as mesmas apresentadas nas demonstrações financeiras societárias, exceto quanto ao que estabelecem as normas a seguir:

Intangível

Os ativos intangíveis compreendem, principalmente, os ativos referentes à servidão. São mensurados pelo custo incorrido na data da sua aquisição ou formação, menos as despesas de amortização, que quando aplicável é calculada pelo método linear.

Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação, incluindo encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada. A depreciação é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço, pelo método linear, mediante aplicação das taxas determinadas na Resolução 674/15, Manual de Controle Patrimonial vigente emitido pelo Órgão Regulador, que refletem a vida útil estimada dos bens, para os ativos relacionados às atividades de geração de energia elétrica, ajustadas em determinadas situações ao prazo dos contratos de concessão aos quais se referem.

A principal taxa está demonstrada na nota explicativa nº 6 das demonstrações contábeis regulatórias. Os ativos não depreciados até o final da concessão serão revertidos para o Poder Concedente com a indenização dessa parcela não depreciada, nos contratos de concessão com esta previsão. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos nas demonstrações do resultado no momento do encerramento das ordens de desativação e de alienação.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os caixas e equivalentes de caixa são compostos por saldos em contas correntes bancárias e aplicações de curto prazo com alta liquidez, sujeitos a risco insignificante de mudança de valor, mantidos para atender a gestão de caixa de curto prazo da Companhia, conforme segue:

	Indexador	Taxa média a.a. %		2024	2023
		2024	2023		
Contas bancárias				66	53
Aplicações financeiras					
Certificados de Depósitos Bancários	CDI	-	99,0	-	103
Overnight	Selic	11,91 a 12,15	11,42 a 11,65	4.744	5.224
TOTAL				4.810	5.380

Estão divulgados na nota explicativa nº 19 (i) a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e (ii) as políticas contábeis materiais.

4. INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS

	Indexador	Taxa média a.a. %		2024	2023
		2024	2023		
Circulante					
Certificado de Depósitos Bancários	CDI		103,0 a 104,3	-	1.095
Letras Financeiras - Bancos	CDI	104,2 a 112,0	108,6 a 111,98	8.327	7.068
Letras Financeiras do Tesouro	Selic	12,41 a 12,45	11,83 a 11,85	2.158	3.187
Debêntures	TR+%CDI	TR + 1 a 122,90 CDI	TR+1 a 118,69 CDI	149	118
Fundos vinculados				873	6
				11.507	11.474
Não circulante					
Letras Financeiras - Bancos	CDI	104,2 a 112,0	108,6 a 111,98	4.011	-
				4.011	-
				15.518	11.474

As políticas contábeis e a classificação destes títulos e valores mobiliários estão demonstradas na nota explicativa nº 19. As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na nota explicativa nº 18.

A Companhia classifica de forma consistente o rendimento desses títulos e valores mobiliários como parte do fluxo de caixa da atividade operacional, pois entendem que essa é a apresentação mais adequada de acordo com suas atividades.

5. CONSUMIDORES E REVENDEDORES

Descrição	Valores correntes		Valores renegociados		Total 2024	Total 2023
	Corrente a vencer	Corrente vencida	Renegociada vencido			
	Até 60 dias	Até 90 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias		
Fornecimento de energia	357	-	1.223	638	2.218	1.151
Industrial	-	-	1.223	638	1.861	785
Fornecimento não faturado	385	-	-	-	385	366
(-) Arrecad. Processo Classif.	(28)	-	-	-	(28)	-
Suprimento energia – Moeda nacional	-	338	-	-	338	7
Suprimento/ Encargo rede não faturado	5.384	-	-	-	5.384	4.343
TOTAL	5.741	338	1.223	638	7.940	5.501

Não há valores relevantes vencidos e não há perspectiva de perda significativa. Dessa forma, não foi necessária a constituição de provisão para perdas.

A exposição da Companhia a risco de crédito relacionada a consumidores e revendedores está divulgada na nota explicativa nº 19 das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

6. IMOBILIZADO

Ativo Imobilizado - R\$ Mil	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2024			2023		
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Em serviço							
Geração		19.349	(1.226)	18.123	13.198	(1.202)	11.996
Custo histórico	3,28	19.349	(1.226)	18.123	13.198	(1.202)	11.996
Em curso							
Geração		30.752	-	30.752	40.595	-	40.595
TOTAL AIS + AIC		50.101	(1.226)	48.875	53.793	(1.202)	52.591

A movimentação do imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado em serviço – R\$ Mil	Valor bruto em 31/12/2023	Adição (A)	Transferências/ Capitalizações (B)	Classificado como mantido p/ venda (C)	Valor bruto em 31/12/2024	Adições líquidas = (A) + (B)+(C)	Deprec. acum.	Valor líquido em 31/12/2024	Valor líquido em 31/12/2023
Geração									
Reservatórios, barragens e adutoras	3.336	-	9.593	(2.847)	10.082	6.746	(143)	9.939	2.987
Máquinas e equipamentos	4.039	-	430	(909)	3.560	(479)	(1.054)	2.506	3.231
Edificações, obras civis e benfeitorias	5.823	-	38	(154)	5.707	(116)	(29)	5.678	5.778
Subtotal	13.198	-	10.061	(3.910)	19.349	6.151	(1.226)	18.123	11.996

Ativo Imobilizado em curso – R\$ Mil	Valor bruto em 31/12/2023	Adição (A)	Transferências/ Capitalizações (c)	Classificado como mantido p/ venda (C)	Valor bruto em 31/12/2024	Adições líquidas = (A) + (C)	Deprec. acum.	Valor líquido em 31/12/2024	Valor líquido em 31/12/2023
Geração									
Máquinas e equipamentos	3.706	2.462	(430)	(1.753)	3.985	279	-	3.985	3.706
Outros (1)	36.889	831	(9.631)	(1.322)	26.767	(10.122)	-	26.767	36.889
Subtotal	40.595	3.293	(10.061)	(3.075)	30.752	(9.843)	-	30.752	40.595
Total do ativo Imobilizado	53.793	3.293	-	(6.985)	50.101	(3.692)	(1.226)	48.875	52.591

(1) Incluem-se neste escopo Reservatórios, Barragens e Adutoras, Edificações e Obras Civis e Reformas.

A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado, é como segue:

Adições do ativo imobilizado em curso – R\$ Mil	Materiais/ equipamentos	Serviços de terceiros	Total
Reservatórios, barragens e adutoras	-	124	124
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	165	165
Máquinas e equipamentos	886	1.231	2.117
Outros	17	870	887
Total das adições	903	2.390	3.293

Os ativos imobilizados são depreciados pelo método linear e as taxas utilizadas são as definidas pela Aneel por meio da Resolução Normativa nº 674/15. A taxa média de depreciação anual em 2024 foi de 3,28% (3,52% em 2023).

7. INTANGÍVEL

Ativo Intangível - R\$ Mil	2024			2023		
	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Em serviço						
Geração	134.173	(39.892)	94.281	144.712	(34.963)	109.749
Bonificação pela outorga	132.294	(39.675)	92.619	142.595	(34.789)	107.806
Extensão da concessão	1.869	(207)	1.662	2.107	(166)	1.941
Outros	10	(10)	-	10	(8)	2
Em curso	120	-	120	120	-	120
Total do Ativo Intangível	134.293	(39.892)	94.401	144.832	(34.963)	109.869

A amortização do ativo intangível é linear, pelo novo prazo remanescente da concessão, ou seja, o prazo da extensão do direito de outorga da concessão foi adicionado ao prazo originalmente acordado, para cálculo do novo período de amortização.

A movimentação do intangível é como segue:

Intangível – R\$ Mil	Valor bruto em 31/12/2023	Classificação como mantido p/ venda	Valor bruto em 31/12/2024	Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2024	Valor líquido em 31/12/2023
Em serviço						
Geração	144.712	(10.539)	134.173	(39.892)	94.281	109.749
Bonificação pela outorga	142.595	(10.301)	132.294	(39.675)	92.619	107.806
Extensão da concessão	2.107	(238)	1.869	(207)	1.662	1.941
Outros	10		10	(10)	-	2
Em curso	120	-	120	-	120	120
Total do Ativo Intangível	144.832	(10.539)	134.293	(39.892)	94.401	109.869

O valor justo do direito de extensão da outorga foi estimado, conforme tabela abaixo, utilizando a abordagem da receita, por meio da qual se converte valores futuros em um valor único atual, descontado pela taxa de rentabilidade aprovada pela Administração para a atividade de geração de energia, refletindo as expectativas de mercado atuais em relação aos valores futuros.

Agente/Usina	Ativo intangível - Direito de extensão da outorga	Fim da concessão	Extensão em dias	Novo fim da concessão
Cemig Geração Sul	2.107			
Coronel Domiciano	36	03/07/2046	282	11/04/2047
Joasal	450	05/01/2046	2.555	03/01/2053
Marmelos	239	05/01/2046	2.555	03/01/2053
Paciencia	205	05/01/2046	2.555	03/01/2053
Piau	1.177	05/01/2046	2.555	03/01/2053

8. PROVISÕES

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui ações de natureza ambiental, no montante de R\$18 (R\$16 em 31 de dezembro de 2023) e de natureza tributária, no montante de R\$19 (R\$19 em 31 de dezembro de 2023), ambas com expectativa de perda é considerada possível. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2024 não há processos cuja expectativa de perda seja provável. Os saldos são baseados na avaliação dos assessores legais da companhia

9. FORNECEDORES

	2024	2023
Suprimento e transporte de energia	-	50
Materiais e serviços ⁽¹⁾	2.438	7.074
Encargos de uso da rede	535	500
TOTAL	2.973	7.624

(2) Variação em razão da conclusão de obras nas PCHs.

10. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	2024	2023
Taxa de Fiscalização da ANEEL	17	15
Pesquisa Expansão Sistema Energético	20	18
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico	41	36
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	216	100
Pesquisa e Desenvolvimento	1.143	877
CDE sobre P&D	12	10
	1.449	1.056
Circulante	317	767
Não circulante	1.132	289

11. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

a) Impostos, taxas e contribuições sociais

	2024	2023
Circulante		
ICMS	133	86
Cofins	157	95
PIS/Pasep	34	69
INSS	559	758
ISSQN	565	537
Outros	20	53
	1.468	1.598
Não circulante		
Cofins	1.492	1.250
PIS/Pasep	324	271
	1.816	1.521
TOTAL	3.284	3.119

b) Imposto de renda e contribuição social a recolher

	2024	2023
Imposto de renda	408	220
Contribuição social	259	226
	667	446

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos

	2024	2023
Não circulante		
Imposto de renda	1.079	929
Contribuição social	562	480
	1.641	1.409

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o capital social da Companhia é de R\$148.147, subscrito e integralizado, dividido em 148.146.505 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig GT.

O controle acionário da Companhia não poderá ser transferido, cedido ou de qualquer forma, alienado, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem a prévia concordância da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel.

a) Reservas

A composição da conta de reservas de lucros é demonstrada como segue:

Reservas de lucros	2024	2023
Reserva legal	2.430	14.432
Reserva de retenção de lucros	11.011	67.572
Absorção de prejuízos regulatórios	(5.447)	(82.004)
	7.994	-

Reserva legal

A constituição da reserva legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A Companhia constituiu R\$2.430 de reserva legal em 2024, correspondendo a 5,00% do lucro líquido societário do exercício ajustado conforme previsto na legislação (R\$2.012 em 2023).

Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros refere-se aos lucros não distribuídos para garantir a execução do Programa de Investimentos da Companhia. As retenções são suportadas pelos orçamentos de capital aprovados pela Diretoria Executiva da Companhia.

b) Dividendos

O estatuto social da Companhia determina o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 50% do lucro líquido societário do exercício, ajustado conforme a lei.

A Diretoria Executiva poderá declarar dividendos intermediários e/ou juros sobre capital próprio, à conta de reserva de lucros acumulados, de reservas de lucros ou de lucros apurados em balanços semestrais ou intermediários.

O cálculo dos dividendos foi feito conforme abaixo:

	2024	2023
Dividendos obrigatórios		
Resultado societário do exercício	48.609	40.235
Reserva legal constituída	(2.430)	(2.012)
	46.179	38.223
Dividendo obrigatório	23.089	19.112
Retenção de lucros	23.090	19.112

	2024	2023
Dividendos obrigatórios	23.089	19.112
Total dos dividendos	23.089	19.112

Destinação do resultado societário de 2024 - Proposta da Administração

A Diretoria propôs à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a ser realizada em 2025, que, ao resultado societário do exercício de 2024, no montante de R\$48.609 mil, seja dada a seguinte destinação:

- R\$2.430 mil para constituição de reserva legal;
- R\$23.089 mil para pagamento de dividendos obrigatórios; e,
- R\$23.090 mil para constituição de reserva de retenção de lucros, a serem pagos como dividendos adicionais assim que a situação financeira da Companhia o permitir.

Os dividendos devem ser pagos aos acionistas até 31 de dezembro de 2025, conforme disponibilidade de Caixa e a critério da Diretoria, fazendo jus ao recebimento os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registro de Ações Nominativas na data da Assembleia Geral que deliberar sobre esse assunto.

Os dividendos foram pagos em 20 de dezembro de 2024 e os registros contábeis foram corretamente realizados no sistema transacional.

a) Movimentação dos dividendos obrigatórios

Saldo em 31 de dezembro de 2023	28.830
Pagamento de dividendos obrigatórios ref. 2023	(19.111)
Pagamento de dividendos obrigatórios ref. 2022	(9.719)
Proposta de dividendos obrigatórios ref. 2024	23.089
Saldo em 31 de dezembro de 2024	23.089

b) Pagamento dos dividendos

Pagamento de dividendos obrigatórios ref. 2022	9.719
Pagamento de dividendos obrigatórios ref. 2023	19.111
	28.830

13. RECEITA

	2024	2023
Fornecimento Industrial	7.349	8.193
Fornecimento não faturado - Industrial	385	366
Transações com energia na CCEE	3.616	328
Suprimento cotas - Geração própria ⁽¹⁾	53.265	36.538
Suprimento comercial - Geração própria	-	565
Suprimento não faturado (cotas) - Geração própria	(106)	(413)
PIS/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias	19	14.718
Outras receitas	776	-
Suprimento bruto de energia elétrica (a)	65.304	60.295
Impostos e encargos incidentes sobre as receitas (b)	(5.556)	(5.080)
	59.748	55.215

(1) Variação em razão do fim da restituição do PIS/Pasep e Confins às concessionárias.

(a) Fornecimento bruto de energia elétrica

	Nº de consumidores (Não auditado)		MWh (Não auditado)		R\$ Mil	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Fornecimento industrial	1	1	29.133	61.770	7.349	8.193
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	385	366
Suprimento faturado ⁽¹⁾	83	77	150.041	153.136	53.265	37.103
Suprimento não faturado	-	-	-	-	(106)	(413)
Energia elétrica de curto prazo	-	-	-	-	3.616	328
PIS/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias	-	-	-	-	19	14.718
Outras receitas	-	-	-	-	776	-
Total	84	78	179.174	214.906	65.304	60.295

(1) Inclui contratos de vendas no ACR às distribuidoras e vendas no ACL às comercializadoras.

(b) Tributos e encargos incidentes sobre a receita

	2024	2023
Tributos sobre a receita		
ICMS	1.446	1.591
Cofins	2.142	1.794
PIS/Pasep	464	437
	4.052	3.822
Encargos do consumidor		
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	165	140
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	236	186
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	118	93
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	202	102
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	712	691
CDE sobre P&D	71	46
	1.504	1.258
Total	5.556	5.080

14. CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS

	2024	2023
Energia elétrica comprada para revenda		
Energia de curto prazo	(50)	701
Encargos de uso da rede de distribuição	5.960	5.394
	5.910	6.095

15. CUSTOS GERENCIÁVEIS

	2024	2023
Pessoal e administradores (a)	1.070	969
Materiais	650	517
Serviços de terceiros (b)	9.948	13.284
Depreciação e amortização	5.153	5.511
Outros custos e despesas operacionais líquidos	149	269
	16.970	20.550

a) Pessoal e administradores

	2024	2023
Pessoal		
Outros		
Convênio de compartilhamento	976	915
	976	915
Administradores		
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	75	49
Participação nos resultados	13	-
Benefícios dos administradores	6	5
	94	54
TOTAL	1.070	969

b) Serviços de terceiros

	2024	2023
Manutenção, conservação e instalações ⁽¹⁾	7.552	10.596
Vigilância	100	100
Conservação e limpeza de prédios	560	389
Meio ambiente	1.237	1.205
Tecnologia da informação	237	218
Auditoria externa	36	34
Outros	226	742
TOTAL	9.948	13.284

(1) Variação em razão da conclusão de obras nas PCHs.

16. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2024	2023
Receitas financeiras		
Renda de aplicação financeira	2.517	4.070
Acréscimos moratórios de contas de energia	57	37
Variações monetárias – Restituição a concessionárias	23	105
Outras receitas financeiras	439	63
	3.036	4.275
Despesas financeiras		
Juros passivo de arrendamento	(24)	(29)

	2024	2023
Outras variações monetárias	(102)	(92)
Outras despesas financeiras	(11)	(27)
	(137)	(148)
Resultado financeiro líquido	2.899	4.127

17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	31/12/2024	
	Imposto de Renda	Contribuição Social
LUCRO PRESUMIDO		
Suprimento Bruto de Energia Elétrica	64.766	64.766
ICMS ST	(123)	(123)
Percentual de Presunção	8%	12%
Receita Operacional Tributada	5.171	7.757
Receita Financeira sobre resgate efetivo de aplicações financeiras	2.559	2.559
Outras Receitas Financeiras	491	491
Base de Cálculo Lucro Presumido	8.221	10.807
Alíquota	15%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Lucro Presumido	1.233	973
Imposto de Renda adicional (10% sobre o valor superior a R\$240)	798	-
Imposto de Renda e Contribuição Social - Despesa Total	2.031	973
Rendas de aplicações	(2.517)	(2.517)
Rendas de aplicações resgatadas	2.559	2.559
Rendas de aplicações não resgatadas	(42)	(42)
Alíquota	25%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferimento Rendas	(10)	(4)
Receita por competência diferida	8.101	8.101
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de cálculo Lucro Presumido	648	972
Alíquota	25%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferimento Receita por Competência	162	87
Amortização Custo GSF Diferido	(66)	(66)
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de Cálculo	(5)	(8)
Alíquota	25%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferimento Amortização Custo GSF	(1)	(1)
Corrente	2.031	973
Diferido	150	83

	31/12/2023	
	Imposto de Renda	Contribuição Social
LUCRO PRESUMIDO		
Suprimento Bruto de Energia Elétrica	45.671	45.671
ICMS ST	(116)	(116)
Percentual de Presunção	8%	12%
Receita Operacional Tributada	3.644	5.467
Receita Financeira sobre resgate efetivo de aplicações financeiras	5.614	5.614
Outras Receitas Financeiras	61	61
Base de Cálculo Lucro Presumido	9.319	11.141
Alíquota	15%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Lucro Presumido	1.398	1.003
Imposto de Renda adicional (10% sobre o valor superior a R\$240)	908	0
Imposto de Renda e Contribuição Social - Despesa Total	2.306	1.003
Acerto ECF	(8)	(3)
Rendas de aplicações	(4.070)	(4.070)
Rendas de aplicações resgatadas	5.614	5.614
Rendas de aplicações não resgatadas	(1.544)	(1.544)
Alíquota	25%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferimento Rendas	(386)	(139)
Receita por competência diferida	5.853	5.853
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de cálculo Lucro Presumido	468	702
Alíquota	25%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferimento Receita por Competência	117	63
Suprimento não faturado - cotas	11.196	11.196
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de cálculo Lucro Presumido	896	1.344
Alíquota	25%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferimento Suprimento Não Faturado	224	121
Amortização Custo GSF Diferido	(66)	(66)
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de Cálculo	(5)	(8)
Alíquota	25%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferimento Amortização Custo GSF	(1)	(1)
Corrente	2.298	1.000
Diferido	(46)	(44)

18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações, bem como as principais condições relacionadas aos negócios com partes relacionadas da Companhia estão demonstradas a seguir:

Operações com energia elétrica

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023	2024	2023
Cemig Distribuição	366	350	-	-	4.317	3.008	-	-

As operações de venda e compra de energia elétrica entre geradores e distribuidores são realizadas por meio de leilões no ambiente de contratação regulado organizados pelo Governo Federal. No ambiente de contratação livre, por sua vez, são realizadas por meio de leilões ou mediante contratação direta, conforme legislação aplicável.

Encargos

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023	2024	2023
Encargos de distribuição								
Cemig Distribuição	-	-	445	410	-	-	(5.162)	(4.432)

Os encargos de distribuição referem-se a encargos devidos pela conexão das instalações da Companhia à distribuidora de sua área de concessão, que se destinam a cobrir os custos incorridos com o projeto, a construção, a instalação de equipamentos, a operação e a manutenção do sistema de distribuição, definidos de acordo com a regulamentação da Aneel.

Convênio de compartilhamento

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023	2024	2023
Convênio de compartilhamento								
Companhia Energética de Minas Gerais	-	-	-	-	-	-	-	(413)
Cemig Geração e Transmissão	-	-	343	413	-	-	(1.136)	(695)
Convênio de compartilhamento - O&M								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	431	1.033	-	-	(2.908)	(4.688)

A Companhia possui dois contratos de compartilhamento de gastos com empresas do Grupo, trata-se do convênio de compartilhamento recursos humanos e infraestrutura e do convênio de operação e manutenção da geração de energia elétrica.

O convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig D, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo foi anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016 e inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática.

Já o convênio de compartilhamento de operação e manutenção entre Cemig Geração e Transmissão e suas subsidiárias integrais de geração foi anuído pelo Despacho Aneel 1.319/2020 e inclui, apenas, o reembolso de despesas relacionadas aos processos de engenharia, operação e manutenção da geração de energia elétrica.

Dividendos

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023	2024	2023
Cemig Geração e Transmissão	-	-	23.090	28.830	-	-	-	-

A Diretoria Executiva aprovou a declaração de Dividendos no total de R\$23.090. Os detalhes acerca da composição e movimentação dos Dividendos estão presentes na nota explicativa nº12.

FIC Pampulha

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023	2024	2023
Circulante								
Caixa e equivalentes	4.744	5.224	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	10.634	11.468	-	-	447	486	-	-
Não circulante								
Títulos e valores mobiliários	4.011	-	-	-	-	-	-	-

A Companhia aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Cemig. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e Valores Mobiliários” e “Caixa e equivalentes de caixa”, no ativo circulante e não circulante.

Os recursos destinados ao fundo de investimento foram alocados em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos, apenas, a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Os custos totais com o pessoal-chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 são demonstrados na tabela abaixo:

	2024	2023
Remuneração	75	49
Participação nos resultados	22	12
Previdência privada	5	5
Total ⁽¹⁾	102	66

(1) A Companhia não remunera diretamente os membros do pessoal-chave da administração, sendo remunerados pelo acionista controlador. O reembolso dessas despesas é realizado por meio do convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo, anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016.

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nível	2024		2023	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					
Custo amortizado (1)					
Consumidores e revendedores	2	7.940	7.940	5.501	5.501
Investimentos temporários	2	4.011	4.011	6	6
		11.951	11.951	5.507	5.507
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa - Aplicações financeiras	2	4.744	4.744	5.327	5.327
Investimentos temporários					
Certificados de Depósitos Bancários - CDBs	2	-	-	1.095	1.095
Letras Financeiras Bancos - LFs	2	8.327	8.327	7.068	7.068

	Nível	2024		2023	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	2.158	2.158	3.187	3.187
Debêntures	2	149	149	118	118
		15.229	15.229	16.677	16.677
		27.180	27.180	22.184	22.184
Passivos					
Custo amortizado ⁽¹⁾					
Fornecedores	2	(2.973)	(2.973)	(7.624)	(7.624)
Passivo de arrendamentos		(287)	(287)	(370)	(370)
		(3.260)	(3.260)	(7.994)	(7.994)

(1) Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os saldos contábeis refletem os valores justos dos instrumentos financeiros.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos em 2024 e 2023.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo:** Preço Cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo:** Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo:** Título Patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

A hierarquia de valor justo prioriza as informações (inputs) das técnicas de avaliação e não as técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo. Em alguns casos, são utilizadas informações de diferentes níveis da hierarquia na mensuração do valor justo, sendo estas classificadas integralmente no mesmo nível de hierarquia de valor justo aplicável à informação significativa de nível mais baixo. Para os ativos e passivos reconhecidos ao valor justo de forma

recorrente, a Companhia determina se houve transferência entre os níveis da hierarquia, reavaliando a categorização definida.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

b) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos corporativos é uma ferramenta de Gestão Integrante das práticas de Governança Corporativa alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia monitora o risco financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando, quando necessário, estratégias de proteção (*hedge*) aos riscos de câmbio, juros e inflação, os quais estão efetivos, em linha, com a estratégia da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de Liquidez

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Companhia administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu Fluxo de Caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, manejando seus recursos em fundos de investimento reservados de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDBs ou operações de overnight remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

Qualquer redução nos *ratings* da Companhia pode ter como consequência uma redução na habilidade de obter novos financiamentos e também dificultar ou tornar mais oneroso o refinanciamento das dívidas vincendas. Nessas condições, qualquer financiamento ou refinanciamento da dívida da Companhia poderia ter taxas de juros mais altas e requereria o atendimento de cláusulas restritivas mais onerosas, o que poderia, adicionalmente, causar restrições nas operações dos negócios.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia com fornecedores e arrendamentos, incluindo as atualizações monetárias até as datas de vencimentos contratuais, está apresentado conforme abaixo:

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
- Pré-fixadas						
Fornecedores	2.003	202	233	453	82	2.973
Arrendamentos (*)	8	8	90	169	98	373
TOTAL	2.011	210	323	622	180	3.346

(*) Informações apresentadas em valor nominal.

Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

Risco de taxa de juros

Este risco advém do impacto das oscilações das taxas de juros nacionais sobre o resultado financeiro líquido composto pelas receitas financeiras atreladas às aplicações financeiras realizadas pela Companhia. A Companhia não utiliza da contratação de instrumentos financeiros derivativos para proteção desse risco. A variação das taxas de juros é continuamente monitorada com o objetivo de avaliar a necessidade de contratação de instrumentos financeiros que mitiguem esse risco.

Risco Hidrológico

A energia vendida pela Companhia é produzida pelas Usinas de Coronel Domiciano, Marmelos, Joasal, Paciência e Piau. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, podendo acarretar em aumento de custos na aquisição de energia devido a sua substituição por fontes térmicas ou a redução de receitas devido a queda do consumo propiciado pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica.

A Companhia monitora, em base contínua, a posição de seu balanço energético e de risco nas contratações de compra e venda de energia, buscando assegurar que operações são consistentes com seus objetivos e estratégia corporativa.

20. NOTAS DE CONCILIAÇÃO

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Financeiras societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

a) Conciliação do ativo societário e regulatório

	Notas	2024			2023		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
CIRCULANTE							
Caixa e equivalentes de caixa		4.810	-	4.810	5.380	-	5.380
Investimentos temporários	20.2	11.507	(873)	10.634	11.474	(6)	11.468
Consumidores e revendedores		7.940	-	7.940	5.501	-	5.501
Serviços em curso	20.3	1	(1)	-	-	-	-
Ativo financeiro da concessão	20.1	-	22.417	22.417	-	23.953	23.953
Tributos compensáveis		82	-	82	319	-	319
Outros ativos	20.2	33	873	906	25	6	31
		24.373	22.416	46.789	22.699	23.953	46.652
Bens destinados à alienação	20.4	10.669	(10.669)	-			
Ativo não circulante mantido para venda	20.4	6.738	21.820	28.558			
TOTAL DO CIRCULANTE		41.780	33.567	75.347	22.699	23.953	46.652
NÃO CIRCULANTE							
Investimentos temporários		4.011	-	4.011	-	-	-
Tributos compensáveis		601	-	601	494	-	494
Ativo financeiro da concessão	20.1	-	163.967	163.967	-	176.690	176.690
Imobilizado		48.875	-	48.875	52.591	-	52.591
Intangível	20.1	94.401	(92.617)	1.784	109.869	(107.804)	2.065
Direito de uso		262	-	262	352	-	352
Outros ativos		115	-	115	148	-	148
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		148.265	71.350	219.615	163.454	68.886	232.340
ATIVO TOTAL		190.045	104.917	294.962	186.153	92.839	278.992

b) Conciliação do passivo societário e regulatório

	Notas	2024			2023		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
CIRCULANTE							
Fornecedores		2.973	-	2.973	7.624	-	7.624
Encargos setoriais	20.3	317	(1)	316	767	-	767
Impostos, taxas e contribuições		1.468	-	1.468	1.598	-	1.598
Imposto de renda e contribuição social a recolher		667	-	667	446	-	446
Dividendos		23.089	-	23.089	28.830	-	28.830
Convênio de compartilhamento		509	-	509	578	-	578
Passivo de arrendamentos		94	-	94	96	-	96
Outras obrigações		2	-	2	2	-	2
TOTAL DO CIRCULANTE		29.119	(1)	29.118	39.941	-	39.941
NÃO CIRCULANTE							

	Notas	2024			2023		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Encargos setoriais		1.132	-	1.132	289	-	289
Impostos, taxas e contribuições		1.816	-	1.816	1.521	-	1.521
Imposto de renda e contribuição social diferidos		1.641	-	1.641	1.409	-	1.409
Passivo de arrendamentos		193	-	193	274	-	274
PIS/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias		3	-	3	19	-	19
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		4.785	-	4.785	3.512	-	3.512
TOTAL DO PASSIVO		33.904	(1)	33.903	43.453	-	43.453
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Capital social		148.147	-	148.147	148.147	-	148.147
Reservas de lucros	20.1	7.994	104.918	112.912	-	87.392	87.392
Prejuízos acumulados	20.1	-	-	-	(5.447)	5.447	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		156.141	104.918	261.059	142.700	92.839	235.539
PASSIVO TOTAL		190.045	104.917	294.962	186.153	92.839	278.992

c) Conciliação do resultado societário e regulatório

	Notas	2024			2023		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
RECEITA		65.304	7.562	72.866	60.295	5.947	66.242
Fornecimento industrial		7.734	-	7.734	8.193	-	8.193
Fornecimento não faturado - Industrial		53.159	-	53.159	366	-	366
Transações com energia na CCEE		3.616	-	3.616	328	-	328
Suprimento Cotas - Geração própria	20.1	-	(25.910)	(25.910)	36.538	-	36.538
Suprimento comercial - Geração própria	20.1	-	33.472	33.472	565	-	565
Suprimento não faturado - Cotas - Geração própria		776	-	776	-	-	-
Suprimento não faturado - Geração própria		-	-	-	(413)	-	(413)
Amortização do ativo financeiro		-	-	-	-	(24.985)	(24.985)
Atualização do ativo financeiro		-	-	-	-	30.932	30.932
PIS/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias		19	-	19	14.718	-	14.718
TRIBUTOS		(4.052)	-	(4.052)	(3.822)	-	(3.822)
PIS/Pasep		(464)	-	(464)	(437)	-	(437)
Cofins		(2.142)	-	(2.142)	(1.794)	-	(1.794)
ICMS		(1.446)	-	(1.446)	(1.591)	-	(1.591)
ENCARGOS		(1.504)	-	(1.504)	(1.258)	-	(1.258)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(590)	-	(590)	(140)	-	(140)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT		(712)	-	(712)	(186)	-	(186)
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE		(202)	-	(202)	(93)	-	(93)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE		-	-	-	(102)	-	(102)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH		-	-	-	(691)	-	(691)
CDE sobre P&D		-	-	-	(46)	-	(46)
RECEITA LÍQUIDA		59.748	7.562	67.310	55.215	5.947	61.162
CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS		(5.910)	-	(5.910)	(6.095)	-	(6.095)
Encargos de uso da rede de distribuição		50	-	50	(5.394)	-	(5.394)
Energia elétrica comprada para revenda		(5.960)	-	(5.960)	(701)	-	(701)
RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS		53.838	7.562	61.400	49.120	5.947	55.067

	Notas	2024			2023		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
CUSTOS GERENCIÁVEIS		(16.970)	4.517	(12.453)	(20.550)	4.887	(15.663)
Pessoal e administradores		(1.070)	-	(1.070)	(969)	-	(969)
Materiais		(650)	-	(650)	(517)	-	(517)
Serviços de terceiros		(9.948)	-	(9.948)	(13.284)	-	(13.284)
Depreciação e amortização	20.1	(5.070)	4.517	(553)	(5.436)	4.887	(549)
Amortização direito de uso	20.4	(83)	-	(83)	(75)	-	(75)
Outros custos operacionais	20.4	(149)	-	(149)	(269)	-	(269)
RESULTADO DA ATIVIDADE		36.868	12.079	48.947	28.570	10.834	39.404
Resultado financeiro		2.899	-	2.899	4.127	-	4.127
Receitas financeiras		3.036	-	3.036	4.275	-	4.275
Despesas financeiras		(137)	-	(137)	(148)	-	(148)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		39.767	12.079	51.846	32.697	10.834	43.531
Despesa com tributos sobre o lucro		(3.237)	-	(3.237)	(3.296)	-	(3.296)
Resultado líquido		36.530	12.079	48.609	29.401	10.834	40.235

d) Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	2024	2023
Patrimônio líquido societário	261.059	235.539
Efeito dos ajustes de práticas contábeis		
Bonificação pela outorga – Ajuste aporte de acionistas	(4.885)	(4.886)
Bonificação pela outorga – Ajuste resultado	(100.032)	(87.953)
Patrimônio líquido regulatório	156.142	142.700

e) Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	2024	2023
Lucro líquido societário	48.609	40.235
Efeito dos ajustes de práticas contábeis		
Bonificação pela outorga	(7.562)	(5.947)
Amortização - Ativo intangível	(4.517)	(4.887)
Total dos ajustes de práticas contábeis	(12.079)	(10.834)
Lucro líquido regulatório	36.530	29.401

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações Financeiras societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação diferentes para alguns itens do balanço e da demonstração de resultado.

As principais alterações entre os saldos apresentados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias e nas Demonstrações Financeiras Societárias são como segue:

20.1. Bonificação pela Outorga

Na contabilidade societária, o valor da bonificação pela outorga foi reconhecido como um ativo financeiro em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago, com atualização pelo IPCA e juros remuneratórios durante o período de vigência da concessão,

registrados como Atualização do Ativo Financeiro. Os valores recebidos são reconhecidos como Amortização do Ativo Financeiro constituído.

Na contabilidade regulatória, a bonificação pela outorga foi reconhecida como um ativo intangível, a ser amortizado durante o período da concessão. Os valores recebidos são reconhecidos como receita.

O valor do aporte dos acionistas apresentou diferença entre os valores societários e regulatórios em função das diferenças de critérios contábeis relacionados a bonificação de outorga, no período de janeiro a maio de 2016, registrados originalmente nas demonstrações financeiras da Controladora. Tais diferenças geraram redução no patrimônio líquido na contabilidade regulatória, e o valor líquido deste impacto está devidamente demonstrado na DMPL.

20.2. Investimentos Temporários

Na contabilidade regulatória os valores referentes aos fundos vinculados devem ser registrados em contas específicas, dentro do grupo de investimentos temporários, em atendimento à técnica de funcionamento 7.2.19 do MCSE.

Na contabilidade societária estes valores estão apresentados em outros ativos.

20.3. Serviços em curso - Serviço próprio (P&D e PEE)

Na contabilidade regulatória os valores referentes aos serviços em curso, relativos aos projetos financiados pelos recursos de P&D e PEE, são apresentados em serviços em curso, no caso do ativo, e em encargos setoriais, no caso do passivo. De acordo com a técnica de funcionamento 7.2.86 e 7.2.87 do MCSE, a compensação dos valores só poderá ser realizada quando da conclusão dos respectivos projetos.

Na contabilidade societária esses valores são compensados com o passivo e apresentados pelo líquido em encargos setoriais, considerando a sua expectativa de realização.

20.4 Bens destinados à alienação

Na contabilidade regulatória os valores referentes aos bens destinados à alienação devem ser apresentados em conta específica, em observância à técnica de funcionamento 7.2.29 do MCSE.

Na contabilidade societária estes valores são apresentados em outros ativos circulantes.

21. BENS DESTINADOS À ALIENAÇÃO

Transferência onerosa de 4 PCH/UHES

Em 31 de dezembro de 2024 o saldo do ativo classificado como mantido para venda, mensurados a valor justo, é como segue:

	2024	2023
Imobilizado e Intangível - Usinas	6.738	-
Ativo financeiro - Bonificação pela outorga usinas	21.820	-
	28.558	-

Em 1 de abril de 2024, foi publicado edital para realização de leilão público visando à transferência onerosa do direito de exploração dos serviços de geração de energia de 4 PCHs/UHES, sendo uma da Cemig GT (controladora da Companhia), uma da Companhia e outras duas de outras empresas do grupo Cemig, conforme abaixo:

Empresa/Usina	Tipo	Início da operação	Potência instalada (MW) ¹	Garantia física (MWm) ¹	Vigência	Situação operacional	Local
Cemig GT							
PCH Machado Mineiro	Autorização	1992	1,7	1,1	Maio, 2027	Operação	Minas Gerais
Cemig Geração Leste							
UHE Sinceridade	Concessão	1963	1,4	0,4	Março, 2047	Operação	Minas Gerais
Cemig Geração Sul							
UHE Marmelos	Concessão	1915	4	2,7	Janeiro, 2053	Operação	Minas Gerais
Cemig Geração Oeste							
UHE Martins	Concessão	1950	7,7	1,8	Janeiro, 2053	Operação	Minas Gerais
Total			14,8	6,0			

Conforme CPC 31, a classificação de ativos como mantidos para venda deve ser realizada quando do início de um programa firme para conclusão do plano de alienação. Em abril de 2024, foi realizada a classificação como mantidos para venda.

Em 27 de junho de 2024, a Companhia suspendeu o leilão, em função da ausência de apresentação de propostas, conforme edital publicado.

A Companhia reavaliou o projeto, visando atender às diretrizes do seu planejamento estratégico de perseguir a otimização do portfólio de ativos, sua eficiência operacional e a alocação de capital.

Em 23 de setembro de 2024, a Companhia republicou o leilão na B3 que tem como objeto a transferência onerosa das usinas Machado Mineiro, Sinceridade, Martins e Marmelos.

Em 5 de dezembro de 2024, a Companhia realizou o leilão público na B3. O lance vencedor foi apresentado pela empresa Âmbor Hidroenergia LTDA no valor de R\$52 milhões, o que representa um ágio de 78,8% em relação ao preço mínimo de R\$29,1 milhões.

Em 21 de fevereiro de 2025, a Cemig GT e suas subsidiárias Cemig Geração Leste, Cemig Geração Oeste e Cemig Geração Sul, assinaram o Contrato de Compra e Venda de Ativos ("CCVA") com a Âmbor Hidroenergia LTDA, vencedora do leilão.

Em 20 maio de 2025, foi concedida tutela de urgência para suspender os efeitos do edital e do contrato dele derivado, pelo Juízo da 1ª Vara da Fazenda Pública e Autarquias da Comarca de Belo Horizonte, em ação popular movida contra o Leilão público de alienação das 4 PCHs/UHES.

Em 23 de maio de 2025, o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais suspendeu, até o trânsito em julgado da decisão de mérito, a liminar proferida nos autos da ação popular contra o edital e o contrato do Leilão de alienação dos direitos de exploração de serviços de geração de energia de 4 usinas de pequeno porte.

Assim, a decisão restabelece os efeitos do Leilão realizado em 05/12/2024 para o desinvestimento das usinas de Machado Mineiro, Sinceridade, Martins e Marmelos.

O valor mínimo para o lote único das usinas é de R\$29,1 milhões, com previsão para realização do leilão em 3 de julho de 2024.

A presente alienação está em linha com as diretrizes do Planejamento Estratégico da Cemig, que preconiza uma otimização do portfólio e uma melhor alocação de capital.

* * * * *

Marco da Comina Ancona Lopez Soligo
Diretor-Presidente

Sérgio Teixeira de Castro
Diretor

Mário Lúcio Braga
Superintendente de Controladoria

Bruno Philipe Silvestre Rocha
Gerente de Contabilidade Financeira e
Participações
Contador – CRC – MG -121.569/O-7

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Pelo presente Termo de Responsabilidade, declaramos sob as penas da Lei a veracidade das informações apresentadas à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, expressando o compromisso de observância e cumprimento das normas, procedimentos e exigências estabelecidos pela legislação do setor elétrico, bem como da ciência das penalidades as quais ficaremos sujeitos. Estamos cientes que a falsidade das informações, bem como o descumprimento do compromisso ora assumido, além de obrigar a devolução de importâncias recebidas indevidamente, quando for o caso, sujeitar-se às penalidades de multa do Grupo V inciso XVII, da Resolução Normativa nº 846, de 11 de junho de 2019, bem como as previstas nos artigos 171 e 299, ambos do Código Penal.

Belo Horizonte, 30 de junho 2025

Outorgada: Cemig Geração Sul S.A.

Marco da Camino Ancona Lopes Soligo
Diretor- Presidente

Andrea Marques de Almeida
Vice-Presidente de Finanças e Relações com
investidores

Mário Lúcio Braga
Superintendente de Controladoria

Bruno Phillipe Silvestre Rocha
Gerente de Contabilidade Financeira e
Participações
Contador- CRC-MG-121.569/O-7

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 846, DE 11 DE JUNHO DE 2019

Art. 13º - Constitui infração do Grupo V:

(...)

XVII – Fornecer documentos ou informações falsas à ANEEL;

CÓDIGO PENAL

Art. 171 – Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento.

Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar, obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante.